

**O JORNALISMO INVESTIGATIVO NA PERSPECTIVA DOS
GÊNEROS JORNALÍSTICOS****THE INVESTIGATIVE JOURNALISM IN THE PERSPECTIVE OF
THE JOURNALISTIC GENRES**PUREZA, Gabriel Machado¹; KRAEMER, Luciana².

O estudo buscou compreender como o jornalismo investigativo se constitui a partir de uma perspectiva de gêneros jornalísticos. Para isso, foi feita uma análise textual e extra-textual de organizações de jornalismo investigativo embasada por autores de gênero e do jornalismo investigativo. Os resultados denotam a importância da análise extra-textual, a diversidade de sequências textuais nos textos e que as fronteiras entre gêneros jornalísticos são ambíguas.

Palavras-Chave: Gêneros jornalísticos. Jornalismo investigativo. Jornalismo independente. Jornalismo informativo. Jornalismo interpretativo.

Abstract: The study sought to comprehend how investigative journalism is constituted from the perspective of the journalist genres. To achieve this, a textual and extratextual analysis of investigative journalism's organizations, based by genre and investigative journalism authors, was made. The results show the importance of extratextual analysis, the diversity of the textual sequences in the texts and that the frontiers between journalistic genres are ambiguous.

Keywords: Journalistic Genres. Investigative Journalism. Independent Journalism. Informative Journalism. Interpretative Journalism.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou este artigo foi realizada durante uma monografia de conclusão de curso (PUREZA, 2016). O estudo buscou compreender como o jornalismo investigativo se constitui a partir da perspectiva dos gêneros jornalísticos. Por gêneros jornalísticos entendemos a linha brasileira de estudos sobre gêneros jornalísticos adotados pela academia, iniciada por Beltrão (1969, 1976, 1980) e seguida por Marques de Melo (2003), Chaparro (1998) e Seixas (2009, 2013a, 2013b).

¹ Gabriel Machado Pureza é jornalista formado pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos).

² Luciana Kraemer é jornalista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutoranda na em Informática na Educação na UFRGS. Atualmente, é professora de Jornalismo e Realização Audiovisual na Unisinos.

Ao iniciar a pesquisa, percebemos dois fatores importantes. Primeiro, ainda que exista uma clara continuidade entre os estudos dos autores, sendo Marques de Melo um seguidor da linha de Beltrão, e Chaparro, um aluno de Marques de Melo, existem muitas discontinuidades nas visões destes sobre as teorias de gêneros jornalísticos. Marques de Melo, por exemplo, discorda de muitos pontos de Beltrão, e desenvolve a teoria a partir de suas próprias concepções. Chaparro toma uma postura mais radical, refazendo as classificações de gêneros jornalísticos e mudando pilares fundamentais dos conceitos. Seixas, não renega as tipologias, mas constrói sua teoria buscando um diálogo entre o jornalismo e a linguística, atentando para a importância de se investigar as características extra-textuais dos gêneros. O segundo ponto: percebemos que os teóricos sobre gênero adotados pela academia não seriam suficientes para explicar o objeto do jornalismo investigativo. Eles não tratam do jornalismo investigativo diretamente. Assim, procuramos autores como Marcet (1997), Sequeira (2005) e Hunter e Hanson (2013). Estes autores nos ajudaram a definir melhor o conceito de jornalismo investigativo, o que nos possibilitou relacionar com as teorias de gêneros jornalísticos.

Inicialmente, trabalhamos com duas hipóteses: a primeira, de que as fronteiras entre os gêneros não seriam tão claras quanto apontadas por Beltrão, Marques de Melo ou Chaparro. Os gêneros seriam capazes de se hibridizar (ou até mesmo seriam híbridos por natureza). A segunda hipótese, consequência da primeira, foi de que o estudo não terminaria conseguindo classificar o jornalismo investigativo num determinado gênero e/ou formatos, sem necessariamente eleger um teórico e preterir os outros. Sendo o objetivo geral do trabalho entender como o jornalismo investigativo se constitui a partir da perspectiva de gênero, os específicos foram:

a) Investigar o referencial de gênero jornalístico dentre os principais pesquisadores brasileiros da área;

b) Identificar, a partir dos autores estudados, uma definição de jornalismo investigativo para que o mesmo possa ser localizado nos autores de gêneros jornalísticos;

c) Entender os tipos sequenciais (SEIXAS, 2009; BONINI, 2005) que formam o texto investigativo (argumentativo, narrativo, explicativo, descritivo e dialogal);

d) Verificar a que função esses produtos jornalísticos servem (pois função é um dos critérios principais que define o gênero, segundo a linha seguida por Beltrão e Marques de Melo);

e) Verificar os fatores extra-linguísticos e características próprias do jornalismo nas organizações estudadas (função social, linha editorial/periodicidade, costume cultural do dispositivo no qual a organização se insere e presença de instantaneidade).

Durante a pesquisa bibliográfica, buscamos colocar as ideias dos autores em comparação, explicando-as e buscando semelhanças e diferenças, principalmente no sentido de entender como cada autor pensa as diferenças sobre os gêneros e como eles classificam o formato reportagem, que avaliamos como sendo o qual se encaixaria dentro do jornalismo investigativo. Com os pesquisadores do jornalismo investigativo percebemos que é impossível tratar dele sem olhar para as características das rotinas de produção (SEQUEIRA, 2005), além de perceber como ele se diferencia do que pode ser entendido como um jornalismo de rotina (MARCET, 1997). A metodologia do trabalho foi inspirada em Seixas (2009, 2013a, 2013b).

2 GÊNEROS JORNALÍSTICOS E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Os autores de gênero estudados (BELTRÃO, 1969, 1976, 1980; MARQUES DE MELO, 2003; CHAPARRO, 1998; SEIXAS, 2009, 2013a, 2013b) não distinguem o jornalismo investigativo nas suas classificações. Assim, procuramos definir nos autores, quais formatos seriam mais correlatos à ideia de jornalismo investigativo (auxiliados pelos autores do jornalismo investigativo, que serão indicados a seguir).

Antes, é preciso especificar a definição de “gênero” adotada pelos autores utilizados. O gênero, em Beltrão ou Marques de Melo, é relativo à intencionalidade dos textos, enquanto os formatos são relativos ao tipo jornalístico (por exemplo, se o texto é uma reportagem, notícia ou editorial). Em Chaparro, os gêneros são relativos ao que o autor considera como o formato textual (comentário ou relato), enquanto o que seria análogo aos formatos são as chamadas espécies.

Outro fator importante, no nosso entender, é a importância do estudo do gênero opinativo para a discussão do paradigma opinião x informação. Iniciado por Samuel

Buckley (CHAPARRO, 1998; MARQUES DE MELO, 2003), diretor do *The Daily Courant*, um jornal inglês do fim do século XVII e início do XVIII, esse paradigma segue relevante em debates sobre a prática jornalística até hoje. Em meio à crise financeira em que o jornal se encontrava em 1702, o editor criou a estratégia de separar notícias de artigos de opinião ou, em inglês, *news* e *comments*. A divisão em notícias e artigos criou um paradigma que segue dividindo o jornalismo em opinião e informação (CHAPARRO, 1998).

Beltrão possui uma visão funcionalista dos gêneros jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2003). Para ele, os gêneros são determinados pela função que eles têm com o público leitor, e os divide em jornalismo informativo (BELTRÃO, 1969), que tem por função informar, jornalismo opinativo (1980), que tem função opinativa, e o jornalismo que orienta através da interpretação jornalística, o jornalismo interpretativo (1976). O que Beltrão entende pela interpretação jornalística é uma “análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação” (1976, p.47).

Outro conceito central em Beltrão é a opinião, visto que suas divisões de gênero são norteadas pelo paradigma opinião x informação (com o acréscimo do interpretativo, que faz mais do que informar). A opinião, segundo Beltrão (1980, p.14), é uma “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a seu respeito juízo”, sendo simultaneamente uma função psicológica e uma construção argumentativa em torno de algo obtida através das informações disponíveis para o sujeito. O autor acredita na separação absoluta entre o informativo e o argumentativo, o que contrasta com autores posteriores. O gênero informativo, segundo o autor, consiste em um “relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que sejam socialmente significativos” (BELTRÃO, 1980, p.29).

Dentre os formatos propostos por Beltrão, temos a reportagem (informativa) e a reportagem em profundidade (interpretativa), que consideramos mais consoante com o conceito de jornalismo investigativo. A diferença entre uma reportagem comum e uma reportagem em profundidade, segundo o autor, estaria no tratamento diferenciado da última, que teria características interpretativas, incluindo aí:

- a) antecedentes dos fatos;
- b) noção do alcance dos fatos;
- c) explorar o que poderia surgir deles no futuro, fazendo uma análise.

Marques de Melo (2003) é o mais proeminente pesquisador das teorias de gêneros jornalísticos no Brasil. Ainda que a dicotomia entre opinião x informação seja central em sua obra, ele amadurece algumas questões feitas inicialmente por Beltrão e questiona as fronteiras absolutas entre opinião e informação, tratando-a como um artifício profissional. O autor recusa a ideia de objetividade jornalística no seu entendimento de neutralidade e imparcialidade, mas entende que o informativo/opinativo são categorias construídas e consolidadas pelo mercado, por isso relevantes.

O pesquisador acrescenta à tipologia os gêneros diversional e utilitário. Mas neste estudo consideraremos os três gêneros que ele compartilha com Beltrão. Uma diferença marcante é que Marques de Melo não vê a “reportagem aprofundada” como um formato próprio, e sim como uma extensão da reportagem, que é um formato informativo. A diferenciação viria da apuração mais detalhada, mas o formato não mudaria. Isso provém da definição de reportagem para o autor. Ele defende que a distinção entre nota, notícia e reportagem se dá pela progressão dos acontecimentos, a captação deles pelo jornalista e a acessibilidade do público aos mesmos. Ou seja, é como se o fato pudesse crescer de tamanho, e, conseqüentemente, o que é escrito sobre ele.

Chaparro (1998) se diferencia dos autores anteriores ao propor uma nova forma de se olhar para os gêneros. Para ele, o paradigma opinião x informação é falso, pois não corresponde ao modelo original de Buckley de *news* e *comments*, que não separa informação de opinião, e sim notícias de comentários. O equívoco da cultura jornalística, segundo Chaparro (1998), é que até a mais pura das notícias resulta de uma seleção deliberada e controlada pelo jornalista. Buckley separou duas estruturas de texto, uma narrativa e outra argumentativa. Conceitos como informação e opinião seriam típicos dos dois gêneros. Sendo assim, ele divide os textos em esquemas narrativos (relatos) e esquemas argumentativos (comentários). Por sua vez, a reportagem para Chaparro se enquadra nas espécies narrativas, assim como as notícias.

Sua explicação é parecida com a de Marques de Melo. Ele argumenta que a reportagem seria uma expansão da notícia e diz que o jornalismo não pode funcionar sem intervenções valorativas, assim como Beltrão acreditava. “A função qualitativa de maior relevância no jornalismo é de atribuir valor às coisas. Sem intervenção valorativa não há acção jornalística”³ (1998, p.102), comenta. Chaparro descarta a visão funcionalista dos autores anteriores, focando na macroestrutura textual.

Seixas (2009, 2013a, 2013b), constrói sua teoria já no século XXI entendendo que “com as novas mídias, surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. A noção de gênero entra, mais uma vez, em cheque” (2009, p.2). Seu objetivo não é sugerir nomenclaturas ou classificar gêneros ou formatos, mas focar nos critérios de definição de gênero (2009) e entender como se inserem as teorias do jornalismo nos estudos existentes (2013a).

Seixas (2009) defende que a força do paradigma opinião x informação na prática jornalística vem de cinco fatores:

- a) O jornalismo de informação como sendo a concepção moderna e hegemônica do jornalismo;
- b) A força da tradição norte-americana sobre o jornalismo brasileiro;
- c) A noção de opinião não ser muito desenvolvida na pesquisa acadêmica sobre jornalismo;
- d) Pressão do mercado jornalístico para que a academia desenvolva formatos (pois ele precisa de formatos para vender);
- e) Características de finalidade e função serem o principal critério de definição de gênero jornalístico;

Ela aponta a falta de profundidade dos estudos acadêmicos sobre opinião, e considera impossível pensar no jornalista como um mediador objetivo. Considera também que exista uma confusão entre modo de discurso e finalidade:

“Os formatos de modo argumentativo seriam gêneros argumentativos, aqueles de formato informativos seriam gêneros informativos, o que se revela um equívoco quando se fala de gêneros interpretativos, porque estes não têm formatos institucionalizados para justificá-los com gêneros.” (SEIXAS, 2009,p.82-83).

³ O uso da palavra “acção” se dá pelo texto original ter sido publicado em Portugal.

Por outro lado, a autora também questiona a o entendimento de finalidade ligado aos gêneros, argumentando que todo o ato comunicativo tem atos opinativos. Assim, a pesquisadora busca resolver o impasse entre essa confusão. O modo de discurso seria quando, por exemplo, um texto é argumentativo. Por outro lado, ela questiona se seria a finalidade jornalística daquele produto argumentar/opinar (sua resposta é negativa, pois argumenta que todo ato comunicativo tem necessariamente atos opinativos). Ela propõe, então, que se use da linguística para se determinar com mais clareza essas diferenças, entendendo que os gêneros são uma combinação de elementos linguísticos e extra-linguísticos (2009, 2013b). Sem se levar em conta o ponto de vista extra-textual, perde-se muito do jornalístico do texto, o que pesquisadores do jornalismo investigativo, como Sequeira (2005), afirmarão. Cleofe Sequeira entende que um dos principais diferenciais da reportagem investigativa está numa questão deixada de lado pela maioria dos estudiosos de gêneros: as rotinas e o processo de produção envolvidos neste trabalho. Ainda que seja no campo teórico que os gêneros sejam identificados, é na práxis, segundo Sequeira, que os gêneros surgem. Neste sentido, a pesquisadora critica Marques de Melo (2003) por deixar de lado a técnica envolvida no processo e dar enfoque somente à intencionalidade dos relatos jornalísticos, relegando o jornalismo investigativo à categoria de uma reportagem comum. É importante ressaltar que Sequeira, diferentemente de Marques de Melo, vê o jornalismo investigativo como categoria e não formato. A categoria, entretanto, não está presente na classificação de gênero dos autores que são estudados no capítulo anterior. Na obra aristotélica, referência para o entendimento de gêneros (SEIXAS, 2009), as categorias são entendidas como o significado fundamental de ser ou o gênero supremo (NAKAGAWA, 2010). Sendo assim, pode-se inferir que o movimento que a autora faz ao definir o investigativo como categoria é o de o colocar em uma posição igual a de um gênero, ao lado, por exemplo, do gênero informativo, não como um formato, ao lado da reportagem, por exemplo.

Outro autor a tratar do assunto é Marcet (1997). Ele aponta como uma das dificuldades em se tratar o jornalismo investigativo a sua definição, pois muitos jornalistas e teóricos tendem a dizer que todo jornalismo é investigativo. Entretanto, o autor vê como solução para o problema a diferenciação do jornalismo investigativo do

jornalismo que ele nomeia como de rotina. Marcet vê uma diferença essencial entre os dois tipos: “uma coisa é verificar os dados antes de sua publicação e outra diferente é investigar sobre certas informações que algumas pessoas ou instituições desejam que permaneçam ocultas” (MARCET, 1997, p.17, tradução nossa).

Por fim, Marcet define as características do jornalismo investigativo:

a) o descobrimento de uma verdade oculta (que seja de interesse público, mas instituições ou indivíduos desejam a esconder da sociedade) como essência do jornalismo investigativo;

b) não se apoiar em fontes oficiais;

c) a investigação até as últimas consequências;

d) utilização de procedimentos próprios do trabalho científico como uso de bancos de dados;

e) a exposição de dados rigorosamente comprovados;

f) a falta de lugar para erro. Os dados devem sempre estar corretos, pois uma retratação retira a credibilidade do jornalista.

A pesquisa de Marcet atenta para a importância da atitude do jornalista perante o trabalho investigativo. Hunter e Hanson (2013) se aprofundam nisso. Eles refletem sobre um comportamento proativo do jornalista investigativo. Argumentam que a cobertura convencional depende muito de materiais oferecidos por terceiros e visa criar uma imagem objetiva do mundo, ao passo de que o jornalista investigativo usa materiais objetivos (comprovados) para “uma meta subjetiva de reformar o mundo” (p.8). Para os autores, o jornalista que faz uma reportagem convencional presume a boa fé das fontes que, argumentam os autores, muitas vezes fornecem informações para se promoverem ou atingir objetivos próprios), enquanto o investigativo vê como necessário que exista documentação e uma vasta gama de fontes, para que se possa tirar a contraprova. Na reportagem convencional, argumentam, o jornalista não pode se engajar pessoalmente na matéria, enquanto na investigativa, ele precisa se engajar exatamente por se recusar a aceitar o mundo que lhe é mostrado. Esse posicionamento, para os autores, é uma diferença essencial.

A pesquisa a partir destes autores nos forneceu pistas sobre como o jornalismo investigativo pode dialogar com os gêneros jornalísticos. Não só as rotinas de produção,

normalmente relegadas pelos pesquisadores dos gêneros jornalísticos, se mostram ferramentas importantes para entender o objeto, como também a ideia de que o jornalismo investigativo se pauta por um objetivo, um fim, que ultrapassaria as finalidades informativas (MARQUES DE MELO, 2003) ou interpretativas (BELTRÃO, 1976). A finalidade do jornalismo investigativo é a de revelação de uma verdade oculta (MARCET, 1997), seja ela mantida propositadamente ou não. Sendo assim, Sequeira (2005) não nos parece estar incorreta ao chamar o jornalismo investigativo de uma categoria, pois se fôssemos aplicar a lógica dos autores de gênero (MARQUES DE MELO, 2003), de que os gêneros têm funções próprias e diferenciadas, o jornalismo investigativo definitivamente se encaixaria como um gênero.

3 METODOLOGIA

Para investigar o jornalismo investigativo na perspectiva dos gêneros jornalísticos optou-se pela análise de três organizações independentes, nativas digitais, identificadas pelo campo profissional como produtoras de investigação jornalística: a Agência Pública, o Brio e o Farol Reportagem.

A metodologia utilizada no estudo foi inspirada em Seixas (2009, 2013a, 2013b), que trabalha simultaneamente investigando o textual e o extra-textual. A autora utiliza das análise de “sequências” de Michel Adam (Seixas, 2009, 2013a) para estudar textualmente os gêneros jornalísticos. As sequências “são esquemas, blocos de proposições que fazem parte da estrutura composicional dos textos, mas não são macroestruturais” (2013a, p.167). São cinco as sequências:

- a) Narrativa: Narra eventos. Pode conter: 1) sucessão de eventos; 2) unidade temática; 3) processo, ou seja, início, meio e fim; 4) intriga, conjunto de causas que dá sustentação aos fatos; 5) moral, reflexão sobre o fato narrado.
- b) Argumentativa: Defende determinada posição ou posicionamento. Tem três partes: dados, escoramento de inferências e conclusão.
- c) Descritiva: Descreve objetos, situações ou locais. Deve conter aspectualização e/ou estabelecimento de relação.
- d) Explica determinado acontecimento ou ideia. Apresenta três partes: levantar questionamento, responder questionamento ou resolver problemas,

detalhando-o, e sumarizar resposta.

- e) Dialogal: É formada por mais de um interlocutor, podendo eles serem personagens quando a história é ficcional. Os interlocutores dialogam entre si.

Analisamos o texto de cada reportagem investigativa em sua totalidade, considerando ele como um texto único, em vez de recortá-lo. O objetivo foi de identificar as sequências em blocos lógicos e olhar sua macroestrutura em vez de analisar frase por frase ou ter uma abordagem quantitativa.

Ao considerar como as teorias do jornalismo agem sobre os gêneros jornalísticos, Seixas (2013a, 2013b) define quatro elementos fundamentais:

- a) função social da instituição jornalística;
- b) linha editorial, periodicidade e critérios de noticiabilidade;
- c) instantaneidade;
- d) costume cultural do dispositivo.

Percebe-se que “finalidade” não é uma das categorias citadas. Seixas (2013b) aponta que os produtos jornalísticos podem ter mais de uma finalidade e não há clareza nos estudos em como poderia ser feita uma hierarquização: “Os estudos de gêneros jornalísticos têm estabelecido finalidades sem enfrentar a complexidade da noção” (2013b, p.86), afirma a autora.

A linha editorial, argumenta Seixas (2013b), é central nas definições de gênero, influenciando fatores como critérios de noticiabilidade e periodicidade do produto. A rapidez da produção e o foco e apuração do conteúdo precisam ser coerentes com o formato e a linha editorial seguida. Além disso, explica a autora, ela estabelece uma identidade que determina com quem aquele produto irá dialogar e muda os saberes exigidos do jornalista na produção do conteúdo.

A instantaneidade é considerada pela pesquisadora como outro ponto essencial, pois se, como ela afirma, o fato sempre foi a matéria prima do jornalismo, o lapso de tempo entre ocorrência e publicação é importante para que se perceba diferenças entre gêneros. Isso fica claro nas matérias investigativas. Elas nunca serão instantâneas, pois exigem muita preparação e apuração, o que faz com que as matérias só sejam publicadas depois, podendo demorar semanas, meses para a sua realização. No *hard*

news, entretanto, podem perder parte da relevância após algumas horas, então precisam ser instantâneas.

Seixas (2013b) também leva em consideração o costume cultural do dispositivo no qual está inserido o conteúdo jornalístico. Pela lógica da autora, é mais relevante o costume cultural do *medium* do que a potencialidade dele, ou seja, não importa o que o dispositivo pode fazer, mas sim o que é feito e tido como normal dentro dele.

A partir desse corpus e metodologia, o estudo buscou determinar os seguintes fatores:

- a) Entender que tipos de sequências são predominantes no texto investigativo;
- b) Compreender como o costume cultural online influencia essas reportagens;
- c) Verificar a que função social esses produtos servem sem se limitar ao conceito de finalidade de Marques de Melo, mas tentando ver suas intenções concretas como produtos de mídia;
- d) Verificar os fatores extra-linguísticos e características próprias do jornalismo nas organizações estudadas.

Para cada uma das organizações de mídia estudadas foi escolhida uma reportagem para a análise textual:

- a) A reportagem escolhida para ser analisada na Agência Pública foi “Quem julga o juiz”⁴. A reportagem investiga os julgamentos de juízes brasileiros.
- b) No caso do Brio, a reportagem escolhida para a análise foi “As Novinhas e os Visitadores”⁵. Ela foi dividida em quatro atos durante a sua publicação e eles serão analisados em conjunto. A reportagem revela casos de exploração sexual sofridas por meninas menores de idade no interior do Maranhão.
- c) A reportagem escolhida no caso do Farol Reportagem foi “Auditoria Aponta Crimes em Santa Catarina”⁶. O texto discorre sobre crimes de corrupção envolvendo políticos de Santa Catarina.

Sobre as escolhas das organizações é importante ressaltar que nenhuma se pauta pela instantaneidade, um dos valores mais importantes para Seixas. Isso acontece

⁴ Disponível em: <http://apublica.org/2016/09/quem-julga-o-juiz/> Acesso em: 2.out.2016.

⁵ Disponível em: <https://medium.com/brio-stories/as-novinhas-e-os-visitadores-cb32d152060> Acesso em 2.out.2016.

⁶ Disponível em: <http://www.farolreportagem.com.br/reportagem/auditoria-aponta-crimes-nas-contas-de-santa-catarina.html> Acesso em 2.out.2016.

porque o jornalismo investigativo precisa de tempo para ser feito, então não é compatível com suas práticas que as matérias sejam postadas com algum tipo de instantaneidade.

3.1 Análises extra-textuais

No quesito de função social, a Pública foi identificada como uma organização preocupada com questões sociais. Isso se reflete nos seus textos, que têm viés de denúncia e parecem querer revelar à população informações que atores poderosos na sociedade não querem que sejam conhecidas, o que é coerente com a visão de Marcet (1997). No quesito de linha editorial e periodicidade, existe uma clara diferenciação em relação aos veículos de comunicação tradicionais. A Agência Pública oferece, na seção de reportagens, editorias diferentes das tradicionais dos jornais impressos: direitos humanos, Wikileaks, transparência, violência policial, internacional, olimpíada, amazônia, empresas, ditadura, jornalismo e meio ambiente. Ela também tem periodicidade não definida, publicando matérias todas as semanas, mas não todos os dias. Na análise do costume cultural, percebemos que a Agência Pública segue a tradição de texto longo do jornalismo investigativo, começada no jornalismo impresso e transposta para a internet (MIELCNIZUK, 2001), porém se afasta dos modelos da primeira fase do texto digital, pois trabalha bastante com a hipertextualidade transmidiática a partir da utilização de vídeos, áudios, infográficos, etc.

O Brio parece querer se identificar como um meio que tem por objetivo fidelizar leitores para uma escrita de excelência de narrativa sobre temas relevantes. As informações sobre a visão e a linha editorial do meio não estão disponíveis nas publicações, o que dificulta um pouco a definição das funções sociais do Brio. Poderia-se dizer que a função social principal associada ao Brio é a de informação e criação de empatia quanto à situações desconhecidas pelo seu público enquanto mantendo os padrões de um jornalismo de texto longo bem escrito. O Brio, dentre os veículos analisados, é o de periodicidade mais esparsa. As reportagens são divididas em atos e publicadas no decorrer do mês, uma por vez. A linha editorial do site, por ter tão poucas reportagens, devido a sua periodicidade, acaba não ficando explícita, pois não é possível

ver seus critérios com tão pouca amostragem. Dos três veículos analisados, o Brio é o que conta com as reportagens mais longas. Elas têm pelo menos o dobro do tamanho de uma reportagem extensa da Agência Pública. A plataforma em que o Brio está inserido, o *Medium*, é conhecido justamente por ser uma plataforma para leituras longas, o que combina com a opção da organização pelo texto longo e “literário”.

Com o objetivo de “ser a semente para formação de uma equipe comprometida com a informação de qualidade, relevante e de forte mobilização social”⁷, o Farol Reportagem tem um forte viés de divulgação de dados públicos sob a ótica da proteção dos direitos humanos e da mobilização social em torno de pautas públicas. O veículo tem três pilares de atuação: dados públicos, direitos humanos e transparência⁸. Pode-se inferir que a organização se propõe a ser um dispositivo de controle governamental, ou seja, tem função de fiscalização pública. Além disso, por se tratar da divulgação de dados, podemos ainda atribuir funções como informação e publicização de dados públicos. Sua única editoria seria a de política. Nesse sentido, o Farol se constitui como uma organização muito menos diversa do que a Agência Pública ou o Brio. A periodicidade é esparsa, não sendo definida como a do Brio e menor do que a da Pública. Mais de metade dos textos do Farol Reportagem podem ser considerados extremamente análogos aos textos do jornalismo impresso. A grande maioria deles não conta com elementos audiovisuais, infográficos ou até mesmo hyperlinks. As reportagens do Farol tendem a ser consideravelmente mais curtas que as da Agência Pública e do Brio.

3.2 Análises textuais

A sequência mais encontrada no texto da Agência Pública foi a argumentativa. Levando em consideração as colocações de Seixas (2009) sobre o texto considerado informativo/interpretativo conter muitas sequências argumentativas, essa não foi nenhuma surpresa. Ele utiliza-se também de sequências narrativas e explicativas, ainda que em menor número. Entendemos que o texto da Pública pretende, como finalidade,

⁷ Disponível em: <http://www.farolreportagem.com.br/sobre> Acesso em: 26.set.2016.

⁸ Informações retiradas do site <http://www.farolreportagem.com.br>. Os três pilares ficam logo abaixo do nome do site na página inicial.

provar uma hipótese: o sistema é ineficiente na hora de punir os magistrados.

O formato, analisado sob essa perspectiva, poderia ser considerado jornalismo investigativo (MARCET, 1997; SEQUEIRA, 2005), mas dificilmente informativo (MARQUES DE MELO, 2003). Nesse sentido, o formato se aproximaria mais do que foi definido por Marques de Melo como o formato interpretativo. Levando-se em conta Chaparro (1998), seria difícil analisar o texto da Pública, pois a reportagem contém sequências narrativas que são características do que o autor entende por espécies narrativas (na qual se enquadra o formato reportagem), mas a quantidade de sequências argumentativas indicaria que, talvez, pudesse se tratar de um comentário, o que é considerado pelo autor como uma espécie argumentativa. Entretanto, a estrutura do texto não parece com nada que seria considerado normalmente um artigo de opinião, mas sim uma reportagem.

Podemos esquematizar:

1. Pergunta: Quem julga o juiz?
2. Hipótese (implícita na linha de apoio): ninguém julga o juiz, ou seja, o sistema de julgamento é ineficiente;
3. Argumentos contrários (na abertura do texto): o sistema é sim eficiente;
4. Argumentos a favor da hipótese (corpo do texto): o sistema não é eficiente e isso pode ser provado com dados e opiniões de especialistas.
5. Conclusão concordante com a hipótese: o sistema é ineficiente.

A reportagem “As Novinhas e os Visitadores” é a com menos diversidade sequencial dos três textos analisados. A maior parte do texto é composto por sequências narrativas, contando também com algumas sequências descritivas e outras argumentativas.

Segue o esquema narrativo encontrado no texto:

1. 1º ato: Estabelecimento de uma narrativa (repórter chega na cidade onde estão as “novinhas” e os “visitadores”);
2. Descrição do espaço onde ocorre a narrativa;
3. 2º ato: Desenvolvimento da narrativa e apresentação do problema (conhecemos as “novinhas” e se estabelece a situação de exploração sexual);
4. 3º ato: Aprofundamento descritivo ao mesmo tempo do desenvolvimento do

problema (a exploração sexual e os problemas que ela causa)

5. 4º ato: Aprofundamento sobre a pergunta “o que fazem as autoridades?”

6. Conclusão: as autoridades não fazem ou não conseguem fazer nada para resolver o problema.

O texto analisado do Farol é repleto de dados e versa sobre um escândalo envolvendo corrupção no estado de Santa Catarina. A estrutura do texto é predominantemente composta por sequências explicativas, porém o texto também usa de sequências narrativas e argumentativas em determinados pontos.

Eis a estrutura encontrada:

1. Perguntas implícitas (a necessidade do lead para explicar o título);
2. Lead (explicando as 5 perguntas);
3. Detalhamento das perguntas respondidas no lead;
4. Contraposição de lados (os especialistas e dados contra a defesa dos acusados);

5. Conclusão em aberto (fica subentendido que os acusados são culpados, visto os dados apresentados, porém o texto não parece fazer menção de determinar isso, deixando a conclusão para o leitor). Dos três textos, esse é o que mais se assemelha à estrutura “tradicional” do texto jornalístico.

O que podemos afirmar, a partir da metodologia utilizada é:

a. O texto investigativo pode ser formado por uma grande diversidade de sequências. O “fator investigativo” parece independer da constituição linguística do texto;

b. As potencialidades do online não influenciam tanto o texto como o costume cultural do dispositivo (algo já apontado por Seixas em 2013b);

c. Os textos investigativos parecem servir, de forma comum, à função de denúncia, seja em uma realidade escondida por poderes interessados (como no caso da Agência Pública e do Farol Reportagem) ou uma situação desconhecida por grande parte da população (no caso do Brio). Entretanto, isso não os impede de conterem funções adicionais (não necessariamente compartilhadas entre si), que nos parecem estar ligadas à linha editorial da organização que produz o texto.

d. Os fatores extra-linguísticos relativos ao jornalismo são extremamente

influentes na construção do texto e úteis para se pensar em gêneros e formatos jornalísticos. O próprio jornalismo investigativo tem várias características que só ficam claras quando se pensa no processo extra-linguístico.

4 CONCLUSÕES

Nossas duas hipóteses foram confirmadas (as fronteiras entre os gêneros são ambíguas e é impossível encaixar o jornalismo investigativo em um só formato sem preferir outros pontos de vida). O valor do estudo, entretanto, nunca esteve na possibilidade de classificação de formatos. Assim como entende Seixas (2009), o que nos dispomos foi contribuir para o debate sobre o conceito de gêneros jornalísticos, focando no jornalismo investigativo.

Beltrão e Marques de Melo teriam dificuldades em classificar todos as reportagens analisadas no estudo como pertences ao mesmo gênero (e mais ainda formato). A maior surpresa no sentido classificatório foi perceber que a concepção de gênero de Chaparro (1998) se revelou incompleta para classificar as reportagens investigativas. Inicialmente se pensou que, independentemente dos resultados da pesquisa, as reportagens investigativas seriam consideradas inequivocamente como espécies narrativas pelo autor (já que são reportagens). Entretanto, se pegarmos o texto da Agência Pública, predominantemente argumentativo, tínhamos dificuldade em analisar que ponto o texto relata a realidade e até quanto sua estrutura textual comenta os fatos. O texto, afinal, tem uma hipótese, argumentos e conclusão.

Perceber a predominância de sequências argumentativas em um dos textos analisados parece ter sido uma das contribuições do estudo. Isso, por sua vez, nos leva a questionar a divisão dos gêneros por meio de intencionalidade. “Quem Julga o Juiz” não seria um texto opinativo pelas definições de nenhum dos teóricos estudados. Os apontamentos de Seixas (2009) são vitais para se entender o limite da definição de gênero funcionalista. A autora resolve isso diferenciando função de forma discursiva. Esse argumento é condizente com o encontrado em nossa análise, pois as três construções textuais são diferentes.

Se vamos pensar nas funções do jornalismo investigativo, os estudos de Marcet (1997) e Hunter e Hanson (2013) se mostram especialmente valiosos. O jornalismo investigativo se diferencia do jornalismo “de rotina” por ter objetivos próprios, relacionados a desvelar alguma verdade escondida por atores interessados. As funções sociais das organizações que produzem jornalismo investigativo abrangem funções mais variadas, como por exemplo a do Farol Reportagem de prestar contas à sociedade. As organizações, assim, expandem suas funções sociais a partir da função central de desvelar verdades ocultas.

Uma alternativa mais calcada nas teorias clássicas de gênero que nos parece ter ímpeto é a de Sequeira (2005), ao classificar o jornalismo investigativo como uma categoria (em uma ideia análoga à de gênero na linha de Marques de Melo). Entretanto, essa visão conflita com a de Seixas (2009), na qual a intencionalidade não é o critério principal definidor de gênero.

Vale voltar a ressaltar a importância dos elementos extra-textuais na análise de gêneros jornalísticos. Características relativas ao funcionamento das organizações jornalísticas e suas linhas editoriais e periodicidade ajudam a esclarecer como os gêneros se constituem. Isso é especialmente importante no caso do jornalismo investigativo, pois muito do processo que o diferencia do jornalismo de rotina está nas suas rotinas de produção.

Por fim, o estudo das sequências textuais (SEIXAS, 2009, 2013a, 2013b; BONINI, 2005) nos parece promissor para se perceber a constituição textual, principalmente quando aliado às análises extra-textuais. Foi surpreendente perceber como as sequências se diferenciavam em textos que, inicialmente, poderiam ser classificados igualmente e principalmente o caso da predominância argumentativa no texto analisado da Agência Pública.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vinícius. **Quem Julga o Juiz? Agência Pública**. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/09/quem-julga-o-juiz/> Acesso em: 2.out.2016.

- BELTRÃO, Luís. **A Imprensa Informativa**. São Paulo: Editora Folco Masucci. 1969.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: Filosofia e tecnica**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BONINI. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH Desireé (org). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 208-236.
- CHAPARRO, Manuel. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. 1ª edição. Santarém: Jortejo. 1998.
- HUNTER, Mark Lee; HANSON, Nils. O que é jornalismo investigativo? In: HUNTER, Mark Lee (org). **A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativos**. Unesco. 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf> Acesso em: 15.11.2016
- LAMBRANHO, Lúcio. **Auditoria aponta crimes nas contas de Santa Catarina**. Farol Reportagem. 2016. Disponível em: <http://www.farolreportagem.com.br/reportagem/auditoria-aponta-crimes-nas-contas-de-santa-catarina.html> Acesso em: 2.out.2016
- MARCET, Jose Maria Caminos. **Periodismo de investigacion: Teoria y pratica**. 1. ed. Madrid: Sintesis, 1997.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed., rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MIELNICZUK, Luciana. **Características e Implicações do Jornalismo na WEB**, trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001.
- NAKAGAWA, Regiane Miranda. **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- PUREZA, Gabriel Machado. O jornalismo investigativo na perspectiva dos gêneros

jornalísticos. São Leopoldo: Unisinos. 2016.

REBELLO, Aiuri. **As Novinhas e os Visitadores**. Brio. 2015. Disponível em: <https://medium.com/brio-stories/as-novinhas-e-os-visitadores-cb32d152060> Acesso em 2.out.2016.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo Gêneros Jornalísticos**. LabCom. Disponível em: http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf 2009.

SEIXAS, L. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**, São Paulo, n. 25, jun. 2013, p. 165-179.

SEIXAS, Lia. Para compreender gêneros jornalísticos, teorias do jornalismo e midiologia. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari. **Gêneros, um diálogo entre Comunicação e Linguística**. São Paulo, Insular, 2013b. p. 81-100.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial. 2005.